

**ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 02 DA
ETIM/PMJP - EQUIPE TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO MUNICIPAL**

I. REGISTRO DOS PRESENTES:

NOME	EMAIL	TELEFONE	STATUS
1. MEMBROS DA ETIM/PMJP:			
1.1 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO			
Valéria Von Buldring - NEAU	gtseplan.pmjp@gmail.com	83 98738-6131	Presente
Thália Karenina M. A. Paiva-NEAU	gtseplan.pmjp@gmail.com	83 99921-9963	Presente
Emanuella Nobre V. Rodrigues - NEAU	gtseplan.pmjp@gmail.com	84 98762-2811	Presente
Juliana de Camargo Barbosa - NEAU	gtseplan.pmjp@gmail.com	32 99935-3625	Presente
Marcos Nóbrega - DPU	marcos.arquiteto@live.com	83 99145-0080	Presente
Rosemildo Jacinto O. Junior - COPAC	copacjp.diplan@gmail.com	83 99971-2884	Presente
Samya Rafaella Negreiros – ALV. DE FUNC.	seplan.alvara@gmail.com	83 99920-5024	Presente
Jordana Coimbra Nunes - DIGEOC	jordanacoimbra@yahoo.com.br	83 98828-2919	Presente
Rayssa Mendes - DICAT	nobrega.rayssa@gmail.com	83 99976-5026	Presente
Geórgia Martins - DCU	georgia_raquel@hotmail.com	83 95552-3452	Presente
1.2 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA			
Adenilson Ferreira	adenilson.ferreira@joaopessoa.pb.gov.br	83 98616-8389	Presente
1.3 SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO SOCIAL			
Glaciene Aquino	gabinete.semhab@gmail.com	83 99895-6942	Presente
1.4 SUPERINTENDÊNCIA DE MOBILIDADE URBANA			
Sheila Freire	sheilafreire@hotmail.com	83 98846-3919	Presente
1.5 SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE			
José Jandui de F. J. Junior	jandui.pmjp@gmail.com	83 98807-1609	Presente
1.6 EMPRESA MUNICIPAL LIMPEZA URB.			
José Dantas de Lima	dantast@terra.com.br	83 99104-8483	Ausente
1.7 COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROT. E DEFESA CIVIL			
José Renato B.E. Lins	renatolinsteves@hotmail.com	83 99154-5555	Presente
1.8 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA			
Joyce Alves	jjoycealves@gmail.com	83 996994811	Presente
1.9 SECRETARIA DESENVOLVIMENTO URBANO			
Sindio F. A. Bisneto	nf.engenheiro@gmail.com	83 98896-5795	Presente
1.10 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO			
Sérgio de Melo Dantas Júnior	thacianoprogemjp@gmail.com	83 98148-8444	Presente
2. REPRESENTANTES DO CDU			
Ayrton Lins Falcão Filho	alinsfalcao@gmail.com	83 99835-5577	Presente
George Cunha	arcoprojetospb@yahoo.com.br	83 99981-2828	Presente
Fábio Sinval	fabiosinvalferreira@gmail.com	83 98807-2053	Presente
Otavio Falcão	otavioalfredo@hotmail.com	83 99900-4501	Presente
3. DEMAIS PARTICIPANTES:			

3.1 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO João Bosco F. de Oliveira	joaobferraz3@gmail.com	83 99941-2008	Presente
3.2 SECRETARIA DE TURISMO Ferdinando Lucena	ferdinandolucena@hotmail.com	83 99142-5892	Presente
3.3 SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO SOCIAL Kátia Cilene	gabinete.semhab@gmail.com	83 98647-0418	Presente
3.4 SUPERINTENDÊNCIA DE MOBILIDADE URBANA Adalberto Alves de Araújo	adalberto.araujo@hotmail.com		Presente
3.5 DPU/SEPLAN Daniel Matias Roque	danielmroque@gmail.com	83 98874-8903	Presente
3.6 COORDENADORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO Leonardo Amorim		83 9661-3616	Presente
3.7 CONSÓRCIO URBTEC-TECHNUM Douglas Viero Gustavo Taniguchi Juliano Geraldi Manoela F. Feiges		41 99850-0305 41 98802-3155 - 41 99196-2277	Presente Presente Presente Presente

Atendendo ao quórum de instalação, conforme Art. 10 do Capítulo V do Regimento da ETIM/PMJP, o número de membros presentes da ETIM/PMJP é de 18 pessoas, sendo 32 o total de participantes da reunião.

II. PAUTAS DA REUNIÃO

Pauta 1: Apresentação pelo Consórcio João Pessoa Sustentável à ETIM/PMJP do Macrozoneamento, Zoneamento e Tabela de Parâmetros Urbanísticos.

III. REGISTRO DAS MANIFESTAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS:

Ao vigésimo terceiro dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, às nove horas e dez minutos, iniciou-se a 2ª Reunião Extraordinária da Equipe Técnica de Integração Municipal (ETIM/PMJP), na qual os membros reuniram-se remotamente.

A Coordenação da ETIM/PMJP, formada pelo NEAU/SEPLAN (Núcleo de Estudos e Análise Urbana/SEPLAN), conforme Decreto de criação da ETIM/PMJP, nº 9.710/2021, representada pela Presidente, a Sra. Valéria von Büldring, abriu a sessão, agradeceu a presença de todos e apresentou a pauta da reunião.

Posteriormente, passou a palavra para o Consórcio João Pessoa Sustentável, que representado pelo Coordenador Geral Executivo do Consórcio João Pessoa Sustentável, Sr. Gustavo Taniguchi, fez um breve resumo sobre a pauta da reunião e a importância da etapa de Diretrizes e Propostas da Revisão do Plano Diretor e Legislações Complementares.

Na sequência, o Sr. Juliano Geraldi, arquiteto e representante do Consórcio, fez uma apresentação na qual falou sobre a importância de planejar a cidade e algumas ideias que foram utilizadas para a definição das propostas, quais sejam: o conceito de cidades compactas, estimativas de custos de urbanização, aspectos verificados na fase de diagnóstico, elementos estruturantes do município, conflitos existentes em João Pessoa e proposições para esses conflitos.

Sobre os conflitos existentes e que balizaram as propostas para a revisão das legislações urbanísticas, o Sr. Juliano Geraldi destacou o tipo de adensamento que tem sido construído no município, que apresenta baixa permeabilidade, malha urbana homogênea, baixa altura e relação do individual x coletivo bem definida; ocupação de áreas naturais; lixo e esgotos não coletados, e outras problemáticas do meio urbano. Citando como medidas de controle (ações estruturais e estruturantes) necessárias o incremento dos sistemas de micro e macro drenagem, a recomposição de cobertura vegetal, ações de cunho de planejamento como o Plano Diretor, o Plano Municipal de Saneamento, o Cadastro técnico, entre outros, a fim de diminuir o impacto de inundações e alagamentos e evitar problemas de disponibilização de água para abastecimento.

Em seguida, o arquiteto do Consórcio falou sobre a configuração utilizada para os acessos e estacionamentos de veículos (nos alinhamentos dos lotes) e seu impacto sobre o sistema viário, na relação veículo x pedestre e na paisagem urbana, a qual passa a enfatizar a visão dos carros em detrimento dos imóveis. Discorreu também sobre o surgimento das ilhas de calor, relacionando-as às áreas de maior ocupação/impermeabilização e ressaltando a importância de se manter as áreas verdes e aumentar as áreas permeáveis. E destacou ainda as problemáticas existentes (conflitos de uso e ocupação, problemas de saneamento e drenagem, fragilidades ambientais), que causam alagamentos, poluição e comprometimento da circulação viária, apontando como soluções possíveis: obras de infraestrutura viária, de drenagem e esgota, que carecem de

longo prazo e altos investimentos ou a adequação dos parâmetros com maiores taxas de permeabilidade, que pode ser implementada no curto prazo.

Posteriormente, o Sr. Gustavo Taniguchi ressaltou que é importante frisar que o Consórcio identificou vários problemas no uso e ocupação atual de João Pessoa, inclusive apontados pela população, então, é necessário refletir sobre a forma de ocupação vigente. Assim, a revisão da legislação urbanística é a oportunidade de mudar esse cenário, com novas propostas, o que implica não repetir o que existe, visto que foi verificado que a forma atual não é benéfica para a cidade, por isso foram propostos novos parâmetros, pois caso seja mantido o que é praticado atualmente, o município terá problemas. Por fim, afirmou que a nova forma de uso de ocupação proposta é diferente e necessária para que se altere a situação atual, quebrando alguns paradigmas, de forma que não se perca em área construída, mas se ganhe em qualidade de uso e ocupação.

Posteriormente, o Sr. Juliano falou sobre a importância do reconhecimento dos eixos, consolidando essas e outras áreas que possuem infraestrutura, resultando em custos urbanísticos menores, ocupação/adensamento mais inteligente e melhoria na qualidade de vida. Bem como, apresentou a proposta do Consórcio para o Macrozoneamento (Macrozona Adensável Prioritária, Macrozona Adensável Não Prioritária, Macrozona de Proteção Ambiental, Macrozona Adensável Controlada, Macrozona de Baixa Densidade), Zoneamento (8 Zonas de Comércio e Serviços, 5 Zonas Habitacionais, 2 Zonas Industriais, 2 Zonas de Baixa Densidade, 3 Zonas de Preservação Ambiental e um Setor de Deposição e Tratamento de Resíduos Líquidos). E destacou que no Zoneamento foi dada atenção especial aos eixos principais, os quais pretende-se consolidar, e que no Macrozoneamento algumas áreas tiveram aumento de índice de aproveitamento, como a área do Bessa, por exemplo.

Na sequência, o Consórcio chamou atenção para alguns pontos para os quais foram apresentadas propostas de alteração, como: a não exigência de lote mínimo por uso, de forma a dar mais liberdade para o mercado analisar a viabilidade para cada caso, permanecendo o parâmetro de lote mínimo para novos parcelamentos; redução do controle de alturas de forma geral, mantendo-se as restrições em algumas áreas; alteração do conceito atual da taxa de ocupação, a qual passará a considerar a relação da área de projeção ortogonal da edificação com a área do lote, resultando em melhor

controle das áreas construídas para fins de fiscalização e tributação; e aumento da taxa de permeabilidade. Posteriormente, o Sr. Juliano Geraldi apresentou as características e parâmetros urbanísticos específicos para cada zona proposta.

Após finalização da apresentação pelo Consórcio, a Sra. Geórgia Martins, Diretora de Controle Urbano, questionou se para o cálculo da taxa de ocupação são considerados os beirais. Em resposta, o Sr. Juliano afirmou que os beirais não são considerados. A Diretora questionou se na ZH-1 o recuo lateral é realmente de 1,5m até 4º pavimento e 3m+h/10 a partir do 4º, como consta na tabela, e o arquiteto retificou que é a partir do 5º.

A Sra. Geórgia ressaltou ainda que na ZCS - 2 considerou-se um limite de altura de 4m, mas nessa área existem hospitais e faculdades, então, quando há necessidade de ampliações cria-se uma dificuldade de viabilizá-las. Nesse caso, o Sr. Juliano afirmou que o Consórcio irá analisar como resolver essa questão. Foi observado ainda que a ZH-4 está com recuo de 4m para uso unifamiliar, sendo informado pelo arquiteto que será previsto valor diferenciado para esse uso. Por fim, a Sra. Geórgia questionou quanto ao solo permeável para as edificações existentes em casos de reformas e o sr. Juliano explicou que nos casos sem alteração da área não será necessário aumentar essa taxa, mas no caso de ampliação não será possível extrapolar o que já foi impermeabilizado.

A sra. Valéria, presidente do NEAU/SEPLAN, destacou que após a publicação da lei, haverá um prazo para o início de sua vigência para que a população se adapte. Então, o sr. Juliano ratificou essa informação, afirmando ser importante a definição do prazo adequado, o qual poderá ser de pelo menos 180 dias. Com relação a esse tema, a sra. Samya Negreiros, representante do Alvará de Funcionamento/SEPLAN enfatizou a importância desse prazo, denominado *vacatio legis*, para a sociedade tomar conhecimento da nova legislação.

O Sr. Fábio Sinval, representante do Conselho de Desenvolvimento Urbano - CDU, questionou se o coeficiente de aproveitamento na Macrozona de Baixa Densidade seria 10% e qual a proposta para a Macrozona de Ocupação Controlada. Em resposta, o sr. Juliano esclareceu que o coeficiente de aproveitamento na MZBD é 0,5 com 10% de taxa de ocupação máxima. Já para a MZOC, informou que atualmente possui coeficiente de aproveitamento igual a 1, podendo chegar a 1,5 com infraestrutura, ressaltando que

esses índices ainda estão em estudo em decorrência da alteração na forma de calcular da taxa de ocupação. Complementando, a Sra. Valéria disse que a tendência é que o coeficiente de aproveitamento sofra um aumento em virtude dessa mudança na taxa de ocupação.

Nesse contexto, o Sr. Fábio Sinval afirmou que concorda com a alteração do cálculo da taxa de ocupação, pois considera o cálculo vigente errado, mas acredita que o coeficiente de aproveitamento deveria contabilizar apenas as áreas privadas.

A Sra. Valéria von Büldring ressaltou que as tabelas dos parâmetros estão sendo divulgadas, entretanto as mesmas ainda estão em estudo e que serão realizadas outras reuniões para discussão da mesma e para análise dos índices de aproveitamentos das macrozonas.

O Sr. Otávio Falcão parabenizou a apresentação realizada pelo Consórcio e externou a sua preocupação quanto às consequências das alterações do Plano Diretor nas demais legislações municipais. O representante do CDU ressaltou que tem visto a ocupação da orla de forma privatizada, com ocupação por mesas e cadeiras de forma exagerada, bem como, com a destinação de determinadas áreas para a prática de *beach tennis*. Nesse contexto, afirmou que considera necessária a ordenação da área da orla marítima pelo município e destacou a importância da fiscalização da ocupação urbana de forma geral, citando o caso das tragédias ocorridas recentemente em Petrópolis/RJ, as quais vêm se repetindo ao longo dos anos, e o caso de invasão do campo de futebol do Roger, nas margens da ferrovia. Por fim, o conselheiro informou que na data de ontem houve aprovação em dois turnos na Câmara Federal da PEC 39/2011, a qual transfere a gestão da orla para as prefeituras, prevendo a possibilidade de extinção de cobrança de taxa de laudêmio, taxa de ocupação, etc., sendo interessante a observação das interferências disso no Plano Diretor.

Em resposta, a sra. Valéria informou que o Ministério Público está tratando de vários dos pontos levantados e o sr. Juliano destacou que nos últimos 10-15 anos a Marinha tem feito um processo de municipalização do controle das áreas de orla, e que nesses planos mais antigos a Marinha estava discutindo projetos específicos (Projeto Orla), mas que agora com a aprovação da PEC isso será facilitado.

O Sr. George Cunha, representante do CDU, questionou porque a indicação do Setor de Disposição de Resíduos Líquidos e da Estação de Tratamento de Esgoto foi retirada nessa versão do mapa de Zoneamento. O sr. Juliano informou que as áreas não foram representadas porque entende-se que as mesmas se sobrepõem ao Zoneamento. Então, o Sr. George Cunha afirmou que considera importante a indicação das áreas - mas sem restrição de parâmetros, especialmente pelo fato de existirem apenas três para toda a cidade, e enfatizou que anteriormente enviou um mapa com a indicação das mesmas (as atuais em Mangabeira e Baixo Roger, e a futura na bacia do Rio Gramame). Na sequência, o Sr. Otávio Falcão ratificou a importância de indicá-las devido inclusive aos requisitos necessários para viabilizar a implantação desses setores, como inclinação.

Posteriormente a Sra. Sheila Freire, representante da SEMOB, parabenizou a apresentação e questionou se as informações apresentadas sobre as ilhas de calor existentes no município, especialmente na área central, em Manaíra, Mangabeira e no Planalto da Boa Esperança, são de estudo recente, pois percebe-se que aumentou bastante na área de Manaíra quando comparadas a um estudo realizado um tempo atrás. E indagou também quais medidas estão sendo consideradas no plano para minimização dessas ilhas de calor, pois no zoneamento foi considerado para a área uma ZH-3 na zona costeira, a qual aumenta a ocupação.

Em resposta, o Sr. Douglas esclareceu que o estudo sobre as ilhas de calor é de 2010, realizado pelo professor Vladimir - da Unipê, e afirmou que não existe uma forma clara de se combater essas ilhas, mas que certamente uma das medidas mitigadoras é o aumento da permeabilidade do solo. Complementando, o Sr. Juliano ressaltou que nesse sentido está sendo previsto o aumento da taxa de permeabilidade e redução da taxa de ocupação, liberando-se áreas de lotes para áreas verdes, e enfatizou a importância da arborização das áreas públicas também, a partir de um plano de arborização, bem como a possibilidade de estimular a certificação ambientais para edifícios.

Em seguida, a Sra. Sheila perguntou sobre como está sendo feita a delimitação das zonas de preservação ambiental, em virtude da permissão de alguns usos nas mesmas, e ainda se existe algum instrumento para se delimitar o crescimento das construções nessas zonas.

O Sr. Juliano esclareceu que nas áreas de ZEPA-1, que são as unidades de conservação, para os casos em que se tiver plano de manejo específico, serão reguladas pelo mesmo, e quando não houver não haverá ocupação. Já as ZEPA-2 ainda estão em discussão, pois nesses casos é preciso ter mais cuidado, então, sendo realizadas reuniões com a SEMAM, mas afirmou que nessas áreas todos os usos possíveis são de baixo impacto e só podem ser aprovados com EIV, no qual deverão ser apresentados os limites de APP, dimensões do lote que se pretende ocupar e demais informações necessárias para avaliação, e ainda que a SEMAM apontou a necessidade de EIA para uma análise ainda mais cuidadosa para ocupação nessas zonas.

O Sr. Otávio Falcão, representante do CDU, afirmou que acha importante a inclusão da exigência de Estudo de Impacto Ambiental – EIA nos casos compreendidos na ZEPA-2, por se tratar de estudo mais abrangente.

A Sra. Sheila Freire questionou sobre a alteração do mapa apresentado em relação ao anterior (o que era ZEPA-1 passou a ser ZEPA-2 e vice-versa). O sr. Douglas explicou que foi alterada apenas a nomenclatura, para que fique como atualmente, a ZEPA-1 sendo a mais restritiva. A representante da SEMOB indagou também onde está previsto o incentivo à fachada ativa, sendo respondida pelo sr. Juliano que seria nos eixos principais (ZCS- 4) e nos eixos viários secundários (ZCS-3), a depender da compatibilização com os estudos elaborados pela SEMOB, e ressaltou que é preciso garantir que se houver previsão de alargamento dessas vias com necessidade de desapropriação de faixas de lotes não seja aplicada a fachada ativa. Sobre esse tema, o sr. Adalberto Alves, representante da SEMOB, disse que é importante discutir melhor a questão do recuo zero para implementação da fachada ativa, visto que em casos como Mangabeira, que possuem calçadas estreitas, pois precisaria também de faixa de acesso nesses passeios, árvores, etc., ficando difícil o uso do recuo zero em virtude da necessidade de acessibilidade. Para esses casos, o Sr. Juliano afirmou que pode ser sugerido por exemplo o recuo de 1 metro.

Na sequência, a Sra. Valéria, presidente do NEAU/SEPLAN, falou que irá disponibilizar o material apresentado, e realizar novas reuniões, informou sobre a 3ª Audiência Pública, a ser realizada dia 15 de março e que serão divulgadas à população as informações referentes ao Zoneamento e Macrozoneamento.

A Sra. Sheila Freire questionou qual o prazo para analisar as tabelas de parâmetros, em resposta, o Sr. Douglas informou que as minutas serão disponibilizadas no dia 18 de março, então é esperado que as observações sejam encaminhadas dentro de uma semana a partir de hoje pela equipe técnica, ressaltou ainda que o próximo produto Relatório P6 irá tratar do conteúdo das minutas das leis.

Assim, a Sra. Valéria von Büldring sugeriu que seja agendada a próxima reunião da ETIM/PMJP para o dia 10 de março, das 9h às 10h30.

O Sr. Fábio Sinval questionou se a definição da ZEPA-3 teve como base 100m ou 50m de distância do topo das falésias ou ainda pela primeira quadra da Rua João Cirilo.

Em resposta, a Sra. Valéria esclareceu que a proposta teve como base a zona SAA, prevista atualmente no Altiplano, e que um pequeno trecho dessa área ultrapassa a linha dos 100m, ressaltando que existe uma discussão sobre o tema em virtude da existência de legislação federal de proteção às bordas de tabuleiros, que prevê a distância de 100m. A presidente do NEAU/SEPLAN, destacou que com a recente municipalização de algumas leis ambientais, como as que tratam de áreas de cursos d'água e sobre o uso da orla, e se for seguido o entendimento apresentado pelo atual Secretário do Meio Ambiente – (Welison de Araújo) será elaborada uma lei municipal para disciplinar essa questão, porém, tem que se verificar se o município pode legislar sobre isso em virtude da existência da lei federal.

Então, o Sr. Fábio Sinval, afirmou que foi aprovada no ano de 2021 uma alteração da lei federal delegando ao município a definição dessas distâncias em áreas urbanas consolidadas. Mas a Sra. Valéria esclareceu que a legislação é aplicável apenas às APP de cursos d'água, mas que talvez exista jurisprudência incluindo as bordas de tabuleiros nessa municipalização, porém, o COMAM está tratando do assunto para analisar se existe alguma possibilidade que consiga alterar essa faixa de barreira, entretanto, hoje será mantida a distância de 100m.

Continuando a discussão, o Sr. Fábio Sinval enfatizou que independentemente de considerar 50m ou 100m de distância, acha importante que a delimitação da zona seja baseada nisso, não considerando a delimitação por quadras como é hoje, o que acaba gerando restrições a mais do que o necessário. A Sra. Valéria disse que o problema de não considerar as quadras é que alguns lotes ficariam em duas zonas distintas, mas o Sr. Fábio

Sinval afirmou que não considera isso um problema. Por fim, a presidente do NEAU/SEPLAN afirmou que o assunto será discutido com a Secretaria de Meio Ambiente.

Os senhores Fábio Sinval e Otávio Falcão, representantes do CDU, parabenizaram a qualidade do trabalho apresentado, ressaltando que pela apresentação percebe-se que o mesmo foi realizado com consistência, baseado em pesquisas.

Por fim, a Sra. Valéria lembrou que os parâmetros apresentados ainda estão em discussão e que serão feitas algumas correções antes de enviar a apresentação ao grupo.

Então, às onze horas e cinco minutos, não havendo mais nada a tratar, a presidente deu por encerrada a sessão, sendo determinada a lavratura da presente ata, e registro dos *prints* da reunião constantes nos anexos.

IV. ENCAMINHAMENTOS FINAIS

Os membros e participantes da ETIM/PMJP devem enviar ao NEAU/SEPLAN, as suas sugestões para o que foi abordado na reunião até o dia 08/03/2022 para que sejam encaminhadas ao Consórcio João Pessoa Sustentável. Para isso, será disponibilizado na data de hoje, pelo Consórcio, o material apresentado durante a reunião.

Ficou agendada para o dia 10/03/2022 a próxima Reunião Extraordinária da ETIM/PMJP.

Valéria von Büldring
Presidente NEAU/SEPLAN

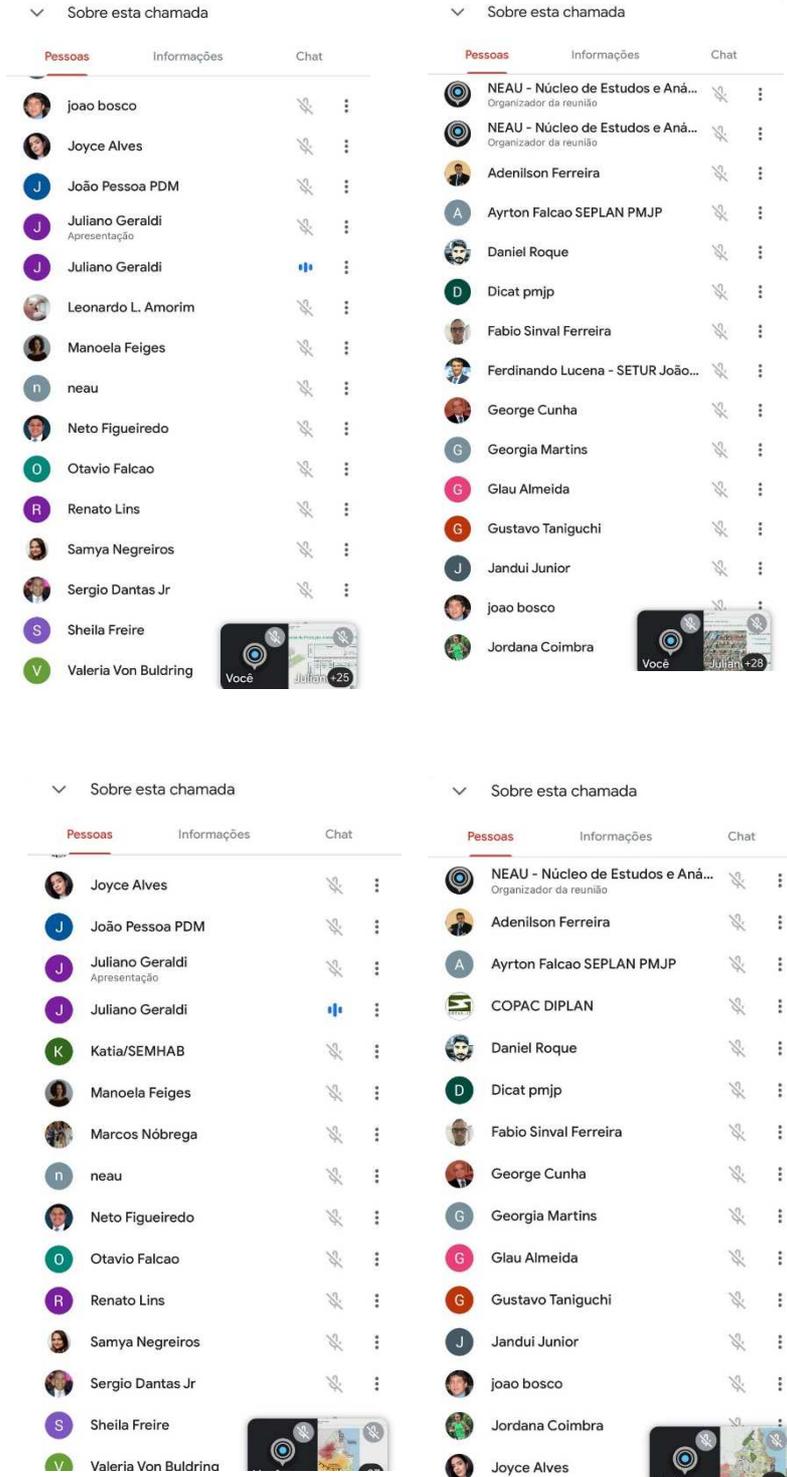
Emanuella Nobre V. Rodrigues
Membro NEAU/SEPLAN

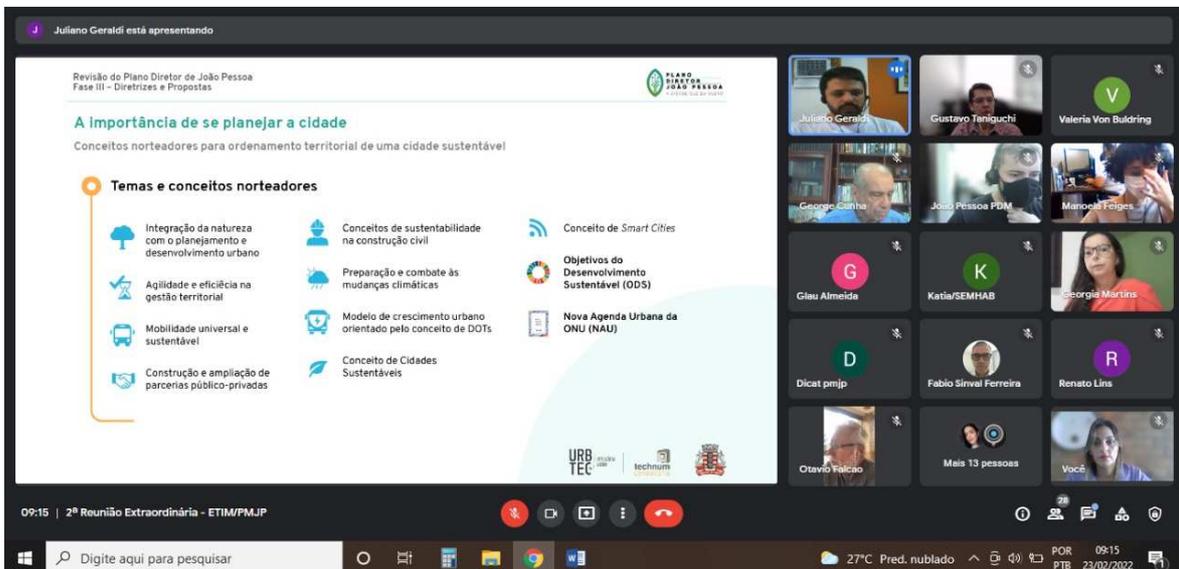
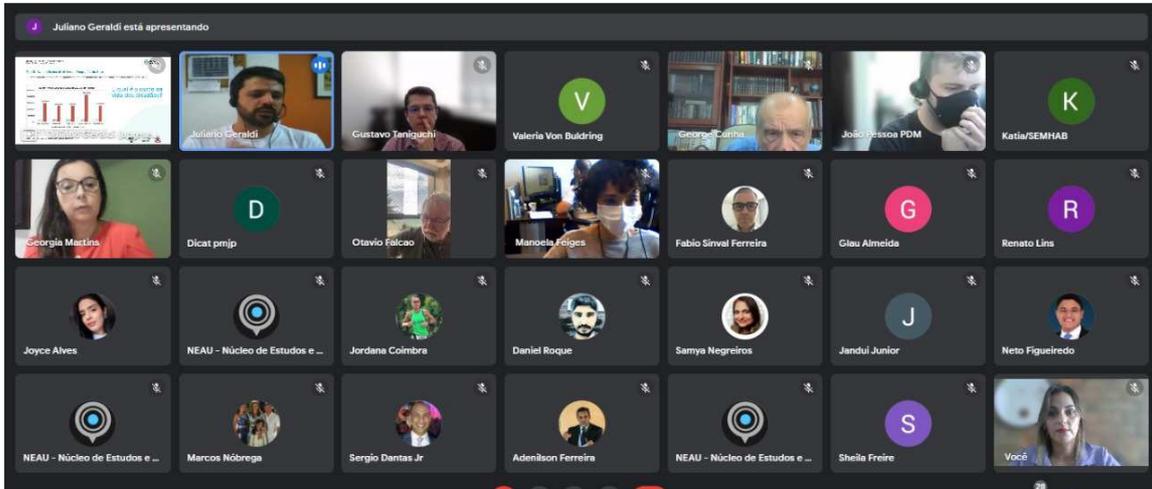
Juliana de Camargo Barbosa
Membro NEAU/SEPLAN

Thália Karenina M. de Alencar Paiva
Membro NEAU/SEPLAN

V. ANEXOS

1. Participação dos membros na 2ª Reunião Extraordinária da ETIM/PMJP







VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 82C3-6003-2938-2BE8

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ JORDANA COIMBRA NUNES (CPF 036.XXX.XXX-92) em 22/03/2022 12:35:17 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ EMANUELLA NOBRE VENANCIO RODRIGUES (CPF 051.XXX.XXX-29) em 22/03/2022 12:58:06 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ THALIA KARENINA MACEDO DE ALENCAR PAIVA (CPF 033.XXX.XXX-25) em 22/03/2022 13:01:24 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ SAMYA RAFAELLA VARELA NEGREIROS (CPF 056.XXX.XXX-48) em 22/03/2022 13:29:03 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ JULIANA DE CAMARGO BARBOSA (CPF 068.XXX.XXX-47) em 22/03/2022 13:40:08 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ GLAUCIENE AQUINO DE ALMEIDA SOARES (CPF 041.XXX.XXX-56) em 22/03/2022 15:38:58 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ JOSÉ RENATO BARROS ESTEVES LINS (CPF 009.XXX.XXX-76) em 22/03/2022 18:29:50 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ RAYSSA EURIDICE NOBREGA MENDES PESSOA (CPF 074.XXX.XXX-70) em 23/03/2022 11:44:24 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ GEORGIA RAQUEL DA SILVA MARTINS (CPF 797.XXX.XXX-15) em 23/03/2022 12:50:21 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ JOSÉ JANDUÍ DE FIGUEIREDO JACINTO JUNIOR (CPF 089.XXX.XXX-58) em 23/03/2022 13:30:18 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ SINDIO FIGUEIREDO DE ALBUQUERQUE BISNETO (CPF 068.XXX.XXX-03) em 24/03/2022 08:58:44 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ VALERIA VON BULDRING (CPF 885.XXX.XXX-68) em 24/03/2022 14:01:05 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ MARCOS NOBREGA FREIRE (CPF 886.XXX.XXX-15) em 24/03/2022 14:13:09 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ SHEILA AZEVEDO FREIRE (CPF 374.XXX.XXX-00) em 29/03/2022 11:45:26 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ JOSÉ RENATO BARROS ESTEVES LINS (CPF 009.XXX.XXX-76) em 30/03/2022 10:24:39 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ SÉRGIO DE MELO DANTAS JÚNIOR (CPF 054.XXX.XXX-16) em 31/03/2022 11:31:57 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ ROSEMILDO JACINTO DE OLIVEIRA FILHO (CPF 051.XXX.XXX-41) em 31/03/2022 11:59:13 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ JOSÉ RENATO BARROS ESTEVES LINS (CPF 009.XXX.XXX-76) em 31/03/2022 14:44:17 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



JOYCE ALVES DA SILVA BARBOSA (CPF 103.XXX.XXX-23) em 06/04/2022 21:07:55 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



ADENILSON DE OLIVEIRA FERREIRA (CPF 839.XXX.XXX-87) em 16/05/2022 13:07:40 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: AC SOLUTI Multipla v5 << AC SOLUTI v5 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/82C3-6003-2938-2BE8>